

# EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM DIREITO GARANTIDO NA VISÃO DOS PAIS

Patrícia Cristina Silva de Freitas<sup>1</sup> [patycrisbel@hotmail.com](mailto:patycrisbel@hotmail.com)

Waldeyzi Sena Willock<sup>1</sup> [deziwillock@gmail.com](mailto:deziwillock@gmail.com)

Carlos Renilton Freitas Cruz<sup>2</sup> [reniltonufpa@gmail.com](mailto:reniltonufpa@gmail.com)

## RESUMO

A educação do campo vem ganhando destaque ao longo da história, as discussões acerca dessa temática são imprescindíveis para o estabelecimento de políticas que visem às particularidades do campesinato. Nesse sentido o referido texto abordará aspectos acerca do direito a educação na visão dos pais numa perspectiva rural; para elucidar as questões que norteiam esse pensamento tomaremos como base a análise da entrevista semiestruturada que foi desenvolvida no assentamento João Batista em Castanhal, na comunidade travessa do oito em Igarapé Açu e nas leituras relacionadas à temática. Os sujeitos da pesquisa foram 4 mães com idade média entre 30 e 60 anos, com filhos em idade escolar. É importante destacar que 50% dos entrevistados possuem o ensino médio completo. A educação do Campo objetiva a formação humana, sendo esta uma integração entre família e escola, nesta perspectiva as falas apontam uma ineficiência, principalmente, do poder público nas questões que perpassam a Educação escolar do Campo.

**Palavras- chave:** educação do campo, direito, pais, assentamento, comunidade.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é decorrente da disciplina Educação Rural na Amazônia, ministrada no curso de Licenciatura em Pedagogia, no 6º semestre e tem como objetivo analisar se a educação esta sendo garantida na visão dos pais. A pesquisa se desenvolveu em duas realidades rurais a primeira localizada num assentamento no município de Castanhal, esse é fruto de intensas lutas sócias, nesse sentido suscitamos que os movimentos sociais são mais latentes nessa localidade e a outra numa comunidade no município de Igarapé Açu, aonde no relato das entrevistadas percebemos a inexistência de associações que discutem questões de interesse da comunidade. As duas localidades situam-se no Nordeste do Estado do Pará.

---

<sup>1</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA).  
Emilene\_mila17@hotmail.com.

<sup>2</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA).  
patycrisbel@hotmail.com.

<sup>3</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA).  
Kaquel.7@hotmail.com

Durante muito tempo a educação era tida como privilégio de poucos, foi através de intensas lutas sociais que ela passou a ser reconhecida como direito de todos. Entender a educação como um direito humano é entender que todos independente de classes sociais, religião, etnia e localidade devem ter acesso a uma educação de qualidade. Nesse sentido, a pesquisa objetiva saber se este direito está sendo garantido aos filhos dos entrevistados. Para alcançarmos tal objetivo realizamos a entrevista semiestruturada, tendo como sujeitos 4 mães de alunos que estudam nas escolas das localidades mencionadas.

Dessa forma, o presente artigo se desenvolverá em três eixos que buscam investigar a relação que os sujeitos desenvolvem com as localidades que residem, considerando as peculiaridades de cada um; procuramos saber como os indivíduos entendem a Educação do Campo e sua participação na educação dos filhos, pois na maioria das vezes a educação é vista pelos pais como modo de ascensão dos filhos. As pesquisas apontam que os pais veem a educação como um direito garantido, no entanto, apresentam algumas preocupações no tocante a qualidade da educação oferecida pelo município.

### **IDENTIFICAÇÃO COM A VIDA NO CAMPO**

Para entendermos a relação que os sujeitos estabelecem com o campo em que vivem faz-se necessário conhecer alguns aspectos que perpassam pela origem, tempo e envolvimento em questões relacionadas aos locais que residem. Nesta perspectiva, perguntamos aos entrevistados sobre o surgimento das localidades “surgiu a partir de movimentos sociais” (mãe 2), este trecho faz referências à origem do assentamento, de outra forma os entrevistados da comunidade não souberam informar este aspecto, fomentamos sobre o tempo em que residem nas respectivas localidades; das respostas obtidas percebemos que os sujeitos moram há pouco tempo nas comunidades, no entanto, são em geral, proprietários das terras.

Em geral os sujeitos da pesquisa gostam da vida na zona rural e não pretendem sair do campo “Se fosse pra escolher entre a vida no campo e a vida na cidade eu ficaria no campo” (mãe 2), em outro trecho destacam a facilidade de criar seus filhos em um convívio harmonioso em detrimento a violência da cidade “aqui é tranquilo não tem violência não tem esse negócio, aqui a gente pode tá sozinha né, aqui a gente tem tranquilidade eu já gosto daqui, por isso” (mãe 1).

Os camponeses suprem suas principais necessidades a partir da agricultura familiar, sendo esta a resolução de seus problemas imediatos; esta característica foi identificada nas localidades entrevistadas, pois os camponeses produzem os mais variados alimentos, dentre eles destacamos a mandioca, verduras, cupuaçu, farinha, milho, pimenta, maniva, entre outros.

Essa produção tem como principal característica o consumo próprio sendo apenas seu excedente produto de venda e/ou troca. Esta especificidade do campesinato os diferencia das demais classes no capitalismo. Francisco e Horácio destacam:

O campesinato, enquanto unidade da diversidade camponesa, se constitui num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e sobreviver próprios, não se caracterizando como capitalistas ainda, que inseridos na economia capitalista (Carvalho, 2005. 171).

Nesta perspectiva os sujeitos de nossa pesquisa fomentam o campo como lugar bom para viver, mas não para trabalhar, haja vista a falta de trabalho assalariado.

O campo é um lugar bom pra viver não pra trabalhar, por que aqui não tem oportunidade de emprego. Trabalho só tem na roça.

É bom pra viver. E pra trabalhar pra quem quer trabalhar na roça com plantação.

Pra trabalhar só pro consumo, porque daqui se você fizer farinha pra vender tá tirou o dinheiro do alimento da semana, mas deveria ter outras opções[...].

As falas apontam uma identificação com o campo, no entanto não com as relações de sustento estabelecidas neste meio e acreditam que outros meios deveriam surgir nesse contexto.

## **A EDUCAÇÃO DO CAMPO NAS REALIDADES PESQUISADAS.**

Para saber se a Educação do Campo está sendo garantida aos filhos dos sujeitos entrevistados é importante entender a diferença que existe entre Educação no Campo e Educação do Campo, a primeira é levada da cidade para o campo sem levar em conta as especificidades dos educandos que ali vivem, a segunda surgiu das lutas dos movimentos sociais, das classes trabalhadoras que lutam por uma Educação do Campo, que parta da realidade das pessoas que vivem no campo, esta educação fomenta uma relação mais significativa com a vida no campo, pois parte dos conhecimentos

adquiridos valorizando o saber e a cultura dos camponeses. Suscitamos que os sujeitos da pesquisa desconhecem essa diferença, a partir da fala:

A escola, acho que é boa, não concordo muito com os ensinamentos que eles querem fazer. Por exemplo, tipo assim, educação do campo que eles chamam que eles querem implantar e agente teve uma professora conceição o nome dela ela disse: que não é apropriada esse tipo de educação do campo porque não é esse método que cai no vestibular no cursinho, no concurso publico. Mas só que eles não falaram o que é essa educação do campo” (mãe 2).

Como sabemos o professor é formador de opinião e historicamente o conhecimento que ele passava era tido como verdade inquestionável. Em geral, ainda recebemos uma educação pouco questionadora e quando essa educação não esta atrelada com a realidade em que se está inserido, os sujeitos se sentem incapaz até de perguntar, muito menos de questionar. Um professor que dar opinião de algo que ele não conhece, pelo menos não criticamente, gera uma serie de conflitos na formação de seus alunos.

Nesse sentido, os movimentos sociais lutam por professores que sejam do Campo ou que tenham uma formação que lhes permitam trabalhar com esses sujeitos. Arroyo destaca:

Essa é uma das contribuições da concepção de formação dos profissionais do campo para a formação de todo profissional de educação básica: reconhecer os saberes do trabalho, da terra, das experiências e das ações coletivas sociais e legitimar esses saberes como componentes teóricos curriculares. (2012, p.363).

A falta de professores bem preparados dificulta a implementação da Educação do Campo e contribui para saída de muitos sujeitos de suas localidades, pois os mesmo passam a ver a cidade como o único referencial onde eles terão sucesso profissional.

A situação profissional dos filhos é uma questão que preocupa os entrevistados, pois a falta de empregos e até mesmo de continuidade dos estudos nas localidades faz com que os pais desejem que os filhos saiam do campo para cidade em busca de oportunidades, apesar de falarem que gostariam que os filhos continuassem vivendo no campo. Dessa forma afirmam que a vida no campo seria melhor se a educação fosse de qualidade.

O diálogo com as mães, não nos permite afirmar se a educação que os filhos recebem na escola esta de acordo com os parâmetros da Educação do Campo. Ainda assim, a totalidade dos entrevistados do assentamento disseram que os ensinamentos da escola servem para vida no campo, entretanto, 75% dos entrevistados falaram ser os

ensinamentos mais voltados para vida na cidade. Em geral os entrevistados reconhecem a família como a maior responsável em passar os conhecimentos da vida no campo para os filhos.

### **EDUCAÇÃO ESCOLAR: A FAMÍLIA COMO PARTE INTEGRANTE DESSE PROCESSO**

A escola exerce um papel imprescindível no aspecto socializador dos educandos, de outra forma a família também é parte integrante desse processo, logo se faz necessário uma parceria entre essas instituições educadoras. Para Piaget: [...] "Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades..." (1972/2000, p.50).

É importante destacar as particularidades das realidades pesquisadas, haja vista que no assentamento encontramos uma escola que possui um bom espaço físico e uma boa estrutura de funcionamento: sala de professores, sete salas de aula, direção, secretaria, biblioteca, laboratório de informática, cantina e uma quadro de funcionários. Em geral as escolas da zona rural, possuem uma estrutura precária onde faltam espaços até para os alunos estudarem, como é o caso da escola da comunidade que possui uma cantina, duas salas de aulas e apenas uma professora e funciona na modalidade multisseriada.

Tendo em vista a estrutura das escolas perguntamos aos pais sobre o que faltava nas respectivas instituições, os entrevistados do assentamento disseram ser a falta de companheirismo o fator que dificulta uma boa convivência entre os sujeitos da sociedade escolar, já os indivíduos da comunidade disseram faltar tudo no âmbito escolar, pois a escola apresenta-se com estruturas inadequadas para o processo de ensino-aprendizagem. Entretanto, Perguntado como seria a escola que eles gostariam que os filhos estudassem, não souberam responder.

Os sujeitos da pesquisa costumam ir à escola dos filhos fazer o acompanhamento do processo de aprendizagem, em geral consideram as escolas adequadas e os professores preparados para ensinar "É, ela é muito boa só não aprende com ela aqueles meninos mais duros" (mãe 4). Sabemos o quanto é importante à parceria da família com a escola para uma educação de qualidade, isso não pode ser transferido inteiramente para a escola e seus professores, pois uma boa escola depende do envolvimento da comunidade escolar.

Perguntado sobre direitos, todos entendem como oportunidades de trabalho, melhores condições de moradia. Todavia, reconhecem a educação como um direito garantido pelo fato da localidade possuir escola. No entanto, direito a educação vai além. Segundo as Leis de Diretrizes e Bases (p.218) da Educação do Campo deve-se criar e manter as escolas do campo de acordo com os padrões básicos e infraestrutura que contemplem: material didático, acervo bibliográfico, quadra esportiva, laboratórios e salas de aulas equipadas com condições sanitárias satisfatórias; é direito do educando ter professores comprometidos com o processo de ensino-aprendizagem.

Perguntado aos entrevistados se alguma vez eles foram convidados a falar sobre a melhoria das escolas de seus filhos. “Sim, foi quando foi pra falar da professora que faltava muito porque tava doente” (mãe 4). A fala aponta que os pais são convidados a ir às escolas apenas nas reuniões escolares para tratar de problemas já ocasionados, de outra forma não fomentam a inserção dos pais no âmbito escolar, sendo assim, estes ficam desprovidos dos principais assuntos escolares, das atividades promovidas e das tomadas de decisões, dessa forma percebemos que as que as escolas em sua maioria ficam de costas para comunidade principalmente na zona rural.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa em questão foi de extrema relevância para nossa formação, haja vista que o curso de Pedagogia da pouca ênfase para Educação no Campo e a disciplina Educação Rural na Amazônia nos proporcionou um olhar mais atento e sensível para realidade da Educação do Campo, provocando a nossa inserção num debate que até então não havíamos sido convidadas a discutir e não tínhamos a dimensão de sua importância, no âmbito da educação que é o cenário de nossa atuação profissional.

Entendemos que os sujeitos entrevistados apresentam especificidades, que perpassam das origens das localidades, das relações que eles estabelecem com o campo até o grau de escolarização que eles possuem. Ainda assim, eles têm pontos de convergências, pois todos estão em uma realidade rural e são pais de alunos que estudam no campo, convivem com as vantagens de se viver no campo, mas também com as dificuldades de acesso aos serviços que a cidade oferece, tais como: transportes, saúde, empregos, serviços bancários e escola de nível médio que um dia seus filhos precisaram frequentar.

Apesar das dificuldades apresentadas pelos sujeitos eles afirmam gostar da vida no campo, porém clamam por mudanças no cenário de oportunidades de empregos

e melhores condições de acesso aos serviços oferecidos pela cidade, do contrário seus filhos serão expulsos do campo em busca de opções de emprego e continuidade dos estudos.

Apreendemos que os pais reconhecem a educação como um direito garantido pelo fato de seus filhos terem a acesso a escola, no entanto acreditam que o município não está oferecendo educação de qualidade no referente à falta de professores, materiais didáticos e as condições da escola da comunidade. Percebemos que os pais não fazem a distinção de uma educação que esteja no campo e uma educação que seja do campo.

Acreditamos que a solução da maioria dos problemas dos sujeitos que vivem no campo está nas mãos do poder público, nesse sentido os movimentos sociais são de extrema importância, pois lutam pelos direitos dessas pessoas, fazendo valer na lei aquilo que a constituição prega, mas nem sempre garante. Assim pensamos ser possível uma mudança na realidade a partir de políticas educacionais que visem uma aprendizagem significativa dos habitantes do campo.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Dicionário da Educação do Campo. / Roseli Salete e Gaudêncio Frigotto. –Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Educação do Campo: reflexões e perspectivas. Antônio Munarim, Sônia Beltrame, Soraya Franzoni Conte e Zilma Izabel Peixer (orgs). Florianópolis: Insular, 2010.